



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório da Comissão de Avaliação 15º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2022.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO (CA) DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP) E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

15º Período Avaliatório: 01 de julho a 30 de setembro de 2022

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa avaliar os resultados obtidos na execução do Contrato de Gestão nº 002/2019, celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – SEJUSP/MG, como Órgão Estatal Parceiro (OEP), e a Organização Social Instituto Elo, a partir dos resultados pactuados para o período compreendido entre 01 de julho a 30 de setembro de 2022 (15º período avaliatório).

O Contrato de Gestão nº 002/2019 tem como objeto *“a co-execução de ações da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, propiciando o desenvolvimento das atividades, das Unidades e dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade definidos pela SEJUSP/SUPEC”*.

Esta avaliação está prevista no art. 76 da Lei nº 23.081/2018 e no art. 54 do Decreto nº 47.553/2018 que estabelecem que a Comissão de Avaliação (CA) é a responsável pela análise dos resultados alcançados em cada período avaliatório estabelecido no Contrato de Gestão nº 002/2019, em consonância com os indicadores de resultados e produtos pactuados no Anexo II - Programa de Trabalho, parte integrante do instrumento jurídico.

Conforme Resolução SEJUSP nº 102, de 25/03/21, esta Comissão de Avaliação é integrada pelos seguintes membros:

I - Gleysiane Freire Diniz, MASP 1.080.083-7, Supervisora do Contrato de Gestão, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/SEJUSP;

II - Gleiber Gomes de Oliveira, CPF: 971.XXX. XXX -00, pela Organização Social Instituto Elo;

III - Marcela Emediato Mendes de Oliveira, MASP: 755.221-9, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/SEPLAG;

IV - Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, CPF: 993. XXX. XXX -06, especialista da área objeto do Contrato de Gestão.

Participaram, além dos membros acima citados, Andreza Rafaela Abreu Gomes Meneghin - Subsecretária de Prevenção à Criminalidade, Flávia Cristina Silva Mendes - Superintendente de Políticas de Prevenção à Criminalidade, Fabiana Dias dos Santos - Coordenadora de Políticas Penais da SUPEC, Luísa de Paulo Longuinho, supervisora-adjunta do Contrato de Gestão, Mariana Fortes Carvalho Antunes, assessora da Superintendência e Coordenação, Diogo Caminhas - Gerente de Monitoramento e Projetos do Instituto Elo, Caroline Rocha - Gerente Administrativo Financeiro do Instituto Elo e Leonardo Menacho, Diretor de

2. METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA

Para empreender esta avaliação, os membros da Comissão de Avaliação analisaram o Relatório de Monitoramento encaminhado pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 em 20/10/22, bem como o Relatório Gerencial de Resultados - RGR confeccionado e apresentado pela OS parceira Instituto ELO em 11/10/2022.

Destaca-se que, previamente, os Relatórios Gerenciais de Resultado e Financeiro foram encaminhados pela OS, tempestivamente, à Comissão de Monitoramento que, por meio dos dados e elementos apresentados no RGR elaborou o Relatório de Monitoramento, declarando, ainda, ter supervisionado as ações realizadas e a execução financeira do Contrato de Gestão nº 02/2019, efetuando a conferência das fontes de comprovação e atestando a fidedignidade das informações apresentadas nos respectivos relatórios.

A avaliação dos resultados é efetuada conforme Sistemática de Avaliação definida no Anexo III do Contrato de Gestão. Além disso, será atribuída nota e, se for o caso, serão feitas recomendações aos envolvidos para os próximos períodos avaliatórios.

3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					15º Período Avaliatório Jul/22 a Set/22	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	26.225	36.909*
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.520	1.906*
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	9.130	9.597
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.808	2.485
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	8.073	5.468
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	52.344	50.689
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através	4	314	445

			do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!			
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	630	1.175
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	150	932
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	540	1.057
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	42.060	43.891
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	5	74%	77,1%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	3.075	2.982
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	17.388	16.841*
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	83,2%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	1.206	1.618*
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	99	1
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	3	870	173
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	165	128
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	900	896
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	3.600	5.163
		8.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	9,5
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC's de Base Local	4	56	62
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	4	9	9
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	100%
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	100%

3.1. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A reunião foi introduzida pela Subsecretária Andreza, que retoma sua participação após o período de licença à maternidade. A subsecretária justifica a ausência da supervisora do Contrato de Gestão, Sra. Gleysiane, que está em viagem atendendo à demanda prioritária da SUPEC, e que seria substituída naquela ocasião pela supervisora adjunta, a Sra. Luísa. A Sra. Marcela, representante da SEPLAG, pontuou que não seria possível prosseguir com a reunião sem a presença da supervisora, posto que sua substituição pela supervisora adjunta não estaria respaldada pelo Decreto nº 47.553/2018. Sra. Andreza argumenta o ponto de vista da SUPEC e que a substituição, em situações excepcionais e de força maior, seria papel da supervisora adjunta, designada em instrumento formal. Mas informa que, para não inviabilizar a continuidade da reunião, a Sra. Gleysiane entraria na videochamada para participação em trânsito, via celular. Informou ainda, que oficiaria à SEPLAG para manifestação formal sobre o assunto.

Portanto, assim ocorreu e a Sra. Gleysiane participou da reunião, realizando a abertura oficial e passando a palavra para a supervisora adjunta para condução dos trabalhos. Ressalta-se a permanência e participação ativa da supervisora durante toda a reunião.

Sra. Luísa expõe rapidamente sobre as entregas realizadas no período avaliatório, destacando a conclusão dos cursos promovidos pelos Programas PrEsp e PMC, além de duas reaberturas de UPCs realizadas em Belo Horizonte no bairro Minas Caixa, e Betim no bairro Jardim das Alterosas. Em seguida, Sr. Diogo compartilha um gráfico demonstrando a melhora no desempenho de todos os programas em comparação com o mesmo período do ano passado, e Sra. Andreza ressalta que houve melhoria em todos os indicadores.

Sra. Luísa retoma a palavra e esclarece que estamos em período de reavaliações para confecção do Termo Aditivo para o ano de 2023.

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
26.225	36.909*	140,74%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.520	1.906*	125,39%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
9.130	9.597	105,11%

Na análise dos indicadores do Programa Mediação de Conflitos, a Sra. Flávia destaca as significativas entregas do Programa no período, o fortalecimento dos vínculos comunitários com a execução do curso ministrado à mediadores, e a importância que a certificação desse curso terá para os envolvidos. Destaca o primeiro ano completo do Programa ComAgente, com as oficinas "funcionando a todo vapor", além do projeto "É na Base".

O Sr. Diogo fala sobre os desafios para fechamento dos relatórios, da troca intensa de informações e dados entre o Instituto Elo e a Assessoria de Gestão da Informação para aprimoramento das leituras e das correções marginais que surgiram, que provavelmente se deram em virtude do problema mais comum: a repetição de nomes, pois o PMC tem uma quantidade notória de atendimentos, o que potencializa tais repetições.

Ressalta ainda sobre o curso de segurança cidadã, que formou 170 pessoas de 28 territórios, que se sentiram desafiados, inicialmente, em como promover uma discussão teórica nestes espaços, e obteve muito sucesso. A formação não só trouxe resultados positivos para as referências comunitárias, mas contribuiu para a capacitação dos analistas sociais do programa. Passados dois anos de pandemia, as pessoas voltaram a acessar os espaços, possibilitando o restabelecimento dos vínculos.

Sra. Andreza destaca que o PMC foi um dos programas que mais inovou e avançou nos últimos meses. Um dos grandes desafios que o PMC vem vencendo é trabalhar questões de gênero no ambiente escolar, além de aperfeiçoar sua abordagem: de mediação de conflitos para mediação comunitária.

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
2.808	2.485	88,5%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
8.073	5.468	67,73%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
52.344	50.689	96,84%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
314	445	141,72%

Acerca da área temática 2, a Sra. Flávia destaca as grandes dificuldades enfrentadas pelo Programa Fica Vivo! no alcance das metas, pois foi o programa que mais sofreu impacto com a pandemia. Ressaltou, conforme já discutido em outros períodos avaliatórios, que as equipes de analistas estão enfrentando um cenário diferente, demandando um esforço substancial para contratação deicineiros, pois a grande maioria não retornou suas atividades após período de confinamento. A maior procura do público do programa é pelas oficinas de esportes, que foram totalmente suspensas. Diante do cenário, as equipes buscaram novas formas, novos projetos de circulação para acessar os adolescentes e jovens por meio de atendimentos, já que as oficinas ficaram escassas. Sra. Flávia destaca ainda a importância da condução nas reuniões do GIE (Grupos de Intervenção Estratégica), na pessoa da Sra. Marcelina, Gerente de Intervenção Estratégica do Programa Fica Vivo, como forma de qualificar e sensibilizar gestores nestes processos de retomada e resgate de vínculos também com as instituições parceiras, como a Polícia Militar.

Sra. Andreza informa sobre reunião realizada há aproximadamente um mês com os icineiros, e compartilha a percepção passada por um desses atores de que o recuo das políticas públicas foi justamente o que favoreceu o retorno dos adolescentes e jovens ao tráfico de drogas, e que, com isso, tem sido cada dia mais desafiador acessar estes jovens. Outro ponto destacado pela Subsecretária é a defasagem no valor da bolsa recebida por eles, e que está sendo discutido um reajuste para o próximo ano. Inclusive, em 2023 o Programa FV! completará 20 anos, o que será comemorado em evento a ser promovido pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade. Além disso, será prevista a realização em

2023 das Olimpíadas do FV!. Por fim, ressalta que são muitos os desafios à vista para todos, mas que será um ano de muitos avanços para o programa em questão.

O Sr. Diogo compartilha as dificuldades enfrentadas pelo Instituto Elo nesta questão: são 288 oficinas ativas, sendo o objetivo final atingir 390. Isto se dá também em virtude de implantações e encerramentos de oficinas acontecendo simultaneamente, impedindo que o número aumente. Reiterou a suspensão de quase dois anos das oficinas, e que as visitas de sua equipe nos territórios vêm sendo enriquecedoras para que possam vivenciar a realidade *in loco* do programa. Um exemplo citado sobre a dificuldade de aferir o número de jovens presentes nas oficinas é a recusa de alguns dos adolescentes e jovens a se identificarem em virtude de algum possível envolvimento na dinâmica criminal, o que impactou, inclusive, na execução dos cursos profissionalizantes para este público.

Sra. Gleysiane cita que os processos dos projetos de oficina averiguados na checagem amostral e elogia a organização do Instituto Elo, da equipe do Sr. Diogo, quanto à documentação comprobatória das oficinas. Sr. Diogo informa que a documentação do público será enviada digitalmente a partir de agora, com a viabilização de equipamentos de digitalização pela SUPEC em quase todas as unidades. Apesar dos desafios, a Sra. Gleysiane comunica que tais bens estão em fase final de entrega em todas as UPCs. Sr. Diogo destaca as tentativas de sua equipe para corrigir e agilizar o fluxo administrativo, otimizando o processo para todos os envolvidos.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
630	1.175	186,5%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
150	932	621,33%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
540	1.057	195,74%

Sobre o Programa Se Liga, a Sra. Andreza informa que o marco lógico¹ do programa está em construção com a Fundação João Pinheiro, e relata as dificuldades enfrentadas na relação como o Ministério Público e Sistema de Justiça Criminal, uma vez que a metodologia do programa parte do pressuposto da voluntariedade.

A Sra. Flávia ponderou sobre as dificuldades enfrentadas na região da Zona da Mata, em especial Juiz de Fora e Muriaé, onde estão localizadas Unidades Socioeducativas e que a equipe tem trabalhado incessantemente para romper com determinadas barreiras, o que reflete no indicador de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Informa também que o diálogo institucional com o gabinete da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo - SUASE para redesenho de fluxos tem sido realizado. Além disso, Sra. Flávia ressalta o fato do programa estar localizado na mesma Unidade de atuação dos programas FV! e PMC, mas que tem sido possível. Informa que em dezembro/2022 acontecerá a Capacitação dos Oficineiros do Programa Fica Vivo!, quando será publicada a revista da Diretoria de Proteção da Juventude, que também contemplará ações do Se Liga.

Sr. Diogo fala da dificuldade na definição de metas para o programa, uma vez que não haviam parâmetros anteriores como referência e do destaque que o Projeto Circuito Liberdade deu ao programa.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
42.060	43.891	104,35%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	77,1%	104,19%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
3.075	2.982	96,97%

Sobre o programa CEAPA, a Sra. Fabiana informa que a UPC de Araguari, apesar de ter sido recentemente reimplantada, não está contabilizada nestes números. Informou ainda, para o indicador que não teve sua meta alcançada (4.3), a dificuldade de acessar a rede parceira pós pandemia para os principais encaminhamentos do programa. Destacou ainda o aumento da variação dos tipos de delito praticados encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais. Enaltece a qualidade dos projetos que vem surgindo para cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), e que vêm sendo realizadas reuniões semanais com todo o Sistema de Justiça. A Sra. Luísa relembra que o programa completou 20 anos neste ano e que será comemorado no Seminário da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, a ser realizado em 2023.

Também foi comunicado que todos os profissionais anteriormente contratados por meio de recursos oriundos do Convênio Federal nº 822255/2015 já foram transferidos para a conta dos recursos estaduais no âmbito do Contrato de Gestão, e que esta era uma meta importante para consolidação do programa pactuada desde 2015 com o Governo Federal.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
17.388	16.841*	96,85%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	83,2%	106,66%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
1.206	1.618*	134,16%

Acerca dos indicadores do PrEsp, a Sra. Fabiana destacou a realização dos cursos profissionalizantes, em especial o Projeto Alvorada, e que o programa vem investindo cada vez mais em qualificação profissional, sendo o próximo passo a execução do PRONATEC, prevista para 2023, e que já está sendo articulada com o Departamento Penitenciário Nacional. Destaca que, infelizmente, o PrEsp não está em todos os municípios onde há Unidades Prisionais, em virtude de recursos para novas implantações. Ressalta a metodologia nacional publicada em 2019, e a necessidade de adaptações para devolução das assinaturas às Varas de Execução Penal - VEPs (livramento condicional e prisão domiciliar), meio este utilizado para atrair o público para atendimento e acompanhamento pelo programa, dado o caráter voluntário. Atualmente, das 15 UPCs onde o PrEsp atua, 6 já não possuem mais a coleta das assinaturas, tendo já sido devolvidas às VEPs.

A Sra. Andreza fala sobre as tentativas de homicídio ocorridas no espaço de UPCs (base municipal), trazendo novos desafios para as equipes de trabalho, pois a análise das dinâmicas criminais não está restrita apenas à territórios, mas a todo o público vulnerável atendido e acolhido pela política de prevenção à criminalidade.

O Sr. Diogo corrobora o ganho dos cursos profissionalizantes, cujo produto foi apresentado neste período avaliatório, e o efeito positivo permanente de vinculação desse público com o programa, mesmo com todos os desafios. Fala ainda sobre o curso profissionalizante custeado com recursos de emenda parlamentar da Deputada Estadual Laura Serrano, já executado integralmente, e que trouxe a todos grande aprendizado para execução dos demais. Ressaltou ainda, o fato de ter participante dos cursos morando em abrigos, demonstrado o perfil de extrema vulnerabilidade do público, além de uma mulher trans que recebeu seu certificado e gravou um vídeo gratificante para todos os envolvidos no projeto.

Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador 6.1 Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
99	1	1,01%

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
870	173	21,63%

Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
Meta	Resultado	Desempenho
165	128	77,58%

Sobre a implantação do projeto de prevenção e violência contra a mulher, financiado com recursos do FUNEMP - Fundo Especial do Ministério Público, a Sra. Luísa ressalta que, das 3 Unidades previstas, apenas a UPC de Curvelo foi integralmente concluída e contabilizada, apesar do indicador contemplar as 3 Unidades financiadas pelo FUNEMP.

A Sra. Fabiana informa sobre a qualidade do diagnóstico feito pela gestora de Curvelo e sua equipe, e que foi apresentado no primeiro encontro de rede do município, ocorrido em setembro. Destaca que foram realizadas algumas ações do Agosto Lilás, e que a CEAPA já iniciou o grupo de responsabilização com homens autores de violência doméstica. Outro ponto alertado pela Sra. Fabiana quanto às metas é que o objetivo do projeto é o atendimento à comarca, e não somente ao município. Entretanto, Curvelo

ainda não iniciou sua expansão e se mantém a execução, a princípio, somente na sede do município, e que este seria outro fator discrepante ao analisarmos a meta.

Foi informado sobre a implantação no município de Barbacena: estruturação do imóvel finalizada, gestora contratada e equipe em conclusão do processo de contratação, bem como leitura da rede parceira já iniciada.

A Sra. Gleysiane informa que Pouso Alegre, município faltante, ainda está em fase da formalização do processo para locação do imóvel no município, e que a previsão de inauguração e início das atividades é janeiro ou fevereiro do ano de 2023.

Sra. Luísa pondera que, ao definirmos metas, não consideramos os possíveis percalços que fogem à governabilidade da SUPEC e do Instituto ELO, tais como questões da locação do imóvel, por exemplo. E Sra. Gleysiane completa que são muitas as etapas a serem vencidas até que seja possível o atingimento de metas, e que não são todas que dependem diretamente do trabalho dos parceiros, e que temos que considerá-los para definição das próximas implantações. Assim, Sra. Luísa aponta que foi apresentada pela OS e respaldada pela Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão à solicitação de que o indicador seja desconsiderado, e abre para comentários dos integrantes presentes.

Sra. Marcela se manifesta desfavorável, afirmando que, apesar de entender os pontos apresentados, considera importante que o indicador reflita tal problema e que o instrumental avaliatório indique a realidade de desafios a ser considerada na gestão da parceria, alheios ao controle da Organização Social parceira e do órgão estatal.

A Sra. Andreza pontua que considera injusta uma nota negativa nesse caso, tendo em vista que são elementos que ultrapassam a capacidade de previsão e intervenção do Estado e do Instituto Elo. Ressalta que todos os esforços foram envidados, porém extrapolaram a capacidade de atuação. Adicionalmente, acrescenta ser importante que a SEPLAG seja corresponsável pelo alcance de metas, pois para implantar uma Unidade de Prevenção à Criminalidade há dependência de vários fatores e ações sob responsabilidade da referida pasta, como exemplo o acionamento à COFIN pelas questões orçamentárias da SUPEC, gestão de imóveis, corroborando também pela importância da desconsideração do indicador.

Sra. Luísa alerta para a forma de calcular a meta, que parte do pressuposto que todos os insumos estejam disponíveis, tais como unidade implantada e equipe atuante, o que justificaria a desconsideração do indicador. Ressalta ainda a importância que conste nos relatórios todas as dificuldades enfrentadas até que o imóvel seja resolvido.

A Sra. Gleysiane complementa que, no último período avaliatório, o indicador foi desconsiderado, demonstrando total possibilidade e consonância com o ocorrido anteriormente, e solicitou auxílio a Sra. Roseana para resgatar o histórico da argumentação apresentada por ela na última reunião ocorrida.

Sra. Roseane informa que não se recorda exatamente, mas diz compreender as razões apresentadas pela Sra. Marcela para manutenção do indicador, mas considera pertinente sua desconsideração por extrapolar o grau de intervenção, gerando frustração nas equipes de trabalho. Ressalta sua satisfação na retomada do PRONATEC em 2023 e reforça seu posicionamento em desconsiderar e deixar claro no Relatório da Comissão de Avaliação a motivação. Argumenta ainda que não se pode penalizar os envolvidos, neste caso já discutido anteriormente, pela mesma razão.

Sra. Gleysiane, atendendo ao pedido do Instituto Elo, e considerando a concordância da maioria dos integrantes da Comissão de Monitoramento, exceto da representante da SEPLAG, declarou decidida a desconsideração do indicador no presente período avaliatório.

Sr. Gleiber ressalta que deve ser considerado que não há prejuízos materiais e financeiros na desconsideração do indicador.

Por fim, a Sra. Luísa sugere que seja incluída a previsão no contrato da possibilidade de desconsideração nos casos de UPC não implantada e que superam a gestão da SUPEC e do Instituto ELO, se comprometendo à verificar junto à SEPLAG uma alternativa.

Isso posto, registra-se que a decisão da maioria da Comissão de Avaliação pela desconsideração do indicador e expurgo da nota global do contrato de gestão no período avaliatório está embasada,

conforme o Anexo III - Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão, em situações excepcionais e devidamente justificadas.

Conforme já pautado em diferentes relatórios de monitoramento, a principal justificativa do atraso nas implantações é a dificuldade de obtenção dos imóveis para estruturação das unidades de prevenção à criminalidade que se destinam ao Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher. Tal dificuldade ocorre tanto da ausência de cooperação na cessão de espaço pelos municípios, quanto em função do longo prazo para os trâmites para locação no âmbito do Estado de Minas Gerais, que perpassam pela necessidade de aprovação orçamentária pelo COFIN/SEPLAG, bem como pela apresentação, análise e aprovação documental das imobiliárias, que demonstram dificuldade em atender à todas as exigências para contratualização com o Estado. Uma vez viabilizado o imóvel, as equipes do Instituto Elo e da Supec se esforçam, conjuntamente, para implantar a unidade o mais célere possível, considerando a necessidade de visitas *in loco*, atuação de artífices da SEJUSP, aquisição de todo os bens necessários (mobiliário, itens de informática, dentre outros), contratação e capacitação das equipes pelo Instituto Elo, dentre outros afetas ao processo.

Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1 Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
900	896	99,55%

Sobre o programa Selo Prevenção Minas, a Sra. Flávia fala sobre os avanços, da qualidade do plano de ação produzido pela equipe de Patos de Minas/MG, informa que o marco lógico do programa já fora concluído e que serão incluídos novos indicadores no Termo Aditivo (em fase de elaboração) como forma de aprimorar a descrição e mensuração do programa. Ressalta ainda das dificuldades de circulação da equipe de Patos de Minas/MG na RISP (Região Integrada de Segurança Pública), pois a unidade ainda não dispõe de veículo próprio. Mas que ainda assim, a equipe tem conseguido e tem tido grande receptividade na região. Informou ainda, a provável expansão da equipe no município de Patrocínio.

Sra. Andreza relembra a entrega do Guia da Prevenção, que foi elaborado pelo programa e que teve a contribuição de todos os demais.

Sr. Diogo relembra ainda os desafios encontrados na fase inicial de criação do programa e como têm sido superadas as expectativas com bastante êxito.

Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1 Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
3.600	5.163	143,42%

Indicador 8.2 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	9,5	157,89%

Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local		
Meta	Resultado	Desempenho
56	62	110,71%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

Foi ressaltada pela Sr. Gleysiane, Supervisora do Contrato de Gestão, o esforço coletivo para cumprir os exíguos prazos estabelecidos no Decreto para elaboração dos relatórios, principalmente o RGR e o Relatório de Monitoramento, referente ao processo de monitoramento da parceria, sendo atestado, ainda, pela Sr. Marcela/SEPLAG o alcance da nota máxima no indicador 10.2, como fruto de todo desempenho da parceria.

3.2. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Por fim, no tocante aos produtos entregues nesse período avaliatório, a Sra. Luísa ressaltou a entrega do Produto 3.2 – Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp, bem como a qualidade das leituras inseridas no relatório de execução, que foi enviado também aos membros da Comissão de Avaliação do contrato de Gestão nº002/2019.

A Sra. Andreza citou o encerramento do ano se aproximando, agradeceu por todo o esforço da equipe no seu período de afastamento (licença maternidade), em especial às Sras. Flávia, Gleysiane, Fabiana, Anna, Luísa e Mariana, na condução das ações previstas e realizadas pela SUPEC. Agradeceu também ao Sr. Diogo pelo empenho e parceria contínua. Alertou para novas ações e novo termo aditivo para 2023, bem como que espera avanços ainda maiores para a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade.

A Sra. Gleysiane resalta a parceria contínua no monitoramento do Contrato de Gestão, junto à supervisora adjunta, destacando compartilharem todas as informações necessárias e as competências para a condução do monitoramento e avaliação do contrato de Gestão. Reforça o agradecimento ao Instituto Elo, cujo diálogo tem sido cada vez mais fluido, aberto e proveitoso.

Sr. Gleiber reforça os agradecimentos à sua equipe, e a Sra. Luísa resalta o quanto é essencial o espaço de monitoramento trimestral, agradecendo a todos os participantes e encerrando a reunião.

4. PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada na reunião da Comissão de Avaliação, baseada no Relatório de Monitoramento (RM) do OEP e no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) elaborado pela OS Instituto Elo, foi de 9,75 conforme cálculo abaixo:

DESEMPENHO GLOBAL DO CONTRATO DE GESTÃO NO PERÍODO				
	Nota	Peso	Nota x Peso	Pontuação Global
Quadro de Indicadores e Metas	9,72	90%	8,75	9,75
Quadro de Ações	10,00	10%	1,00	
Conceito: Muito Bom				

5. QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

5.1. Recurso Estadual - Memória de Cálculo "A"

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo 15º Relatório Gerencial Financeiro Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão				
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	842.850,55	384.590,34	45,63%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	4.810.300,00	1.896.702,90	39,43%
3	Capacitações da equipe contratada	47.480,00	88,80	0,19%
4	Deslocamento da equipe contratada	35.640,00	12.110,49	33,98%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	124.400,00	20.005,91	16,08%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	40.000,00	35.856,80	89,64%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	-	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	56.400,00	1.084,90	1,92%
9	Ações do Programa Se Liga	156.000,00	3.284,00	2,11%
10	Emenda: Fóruns Multiterritoriais	200.000,00	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	247.200,00	129.367,99	52,33%
	Emenda: Formação e Capacitação de Referências			
12	Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	100.000,00	30.370,59	30,37%
13	Emenda: Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	150.000,00	-	-
	Emenda: Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	-	164.867,16	-
15	Emenda: Se Liga (Circuito Liberdade)	200.000,00	11.918,76	5,96%
16	Estruturação e Manutenção de UPCs	130.000,00	160.770,90	123,67%
17	Bem estar social	9.000,00	70,56	0,78%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	60.000,00	9.719,75	16,20%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	33.000,00	14.549,50	44,09%
20	Manutenção, Adequação e Conservação das UPCs	216.000,00	22.124,27	10,24%
Total		7.458.270,55	2.897.483,62	

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos previstos e realizados no período em regime de Competência

		Realizado						
	Entrada de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1		01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022	01/12/2022	
		a	a	a	a	a	a	
		31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022	31/12/2022	
11	Receitas							
1.11	Repasses do Contrato de Gestão	8.058.424,88	-	-	-	-	-	24.248.290,65
1.12	Receita Alocada em Função do CG	3,39	0,37	80,11	-	-	-	1.992,72
1.14	Outras Receitas	188.615,36	-	-	-	-	-	188.615,36
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	148.307,47	148.923,88	162.271,47	-	-	-	1.092.446,72
(B) Total de Entradas:		8.373.351,68	148.924,23	162.351,58	-	-	-	25.509.345,45
2	Saída de Recursos							TOTAL
2.1	Gastos com Pessoal							
2.1.1	Salários	10.47.970,28	10.76.336,54	1.116.844,03	-	-	-	9.136.020,16
2.1.2	Benefícios	14.653,00	31.870,08	73.638,39	-	-	-	134.429,16
2.1.3	Encargos	463.915,07	467.316,81	619.552,56	-	-	-	4.148.108,95
2.1.4	Benefícios	337.353,56	356.325,11	341.716,33	187.549,74	-	-	2.339.320,59
(B) Total (Pessoal):		1.863.891,91	1.933.648,54	2.157.099,33	187.549,74	-	-	16.357.878,66
2.2	Gastos Gerais	354.278,88	382.744,52	434.272,08	-	-	-	3.521.755,57
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	7.513,00	5.869,21	-	-	-	12.754,27
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	148.307,47	148.923,88	-	-	-	-	930.175,25
(B) Total de Saídas:		2.366.478,24	2.469.446,92	2.601.880,60	187.549,74	-	-	20.937.352,05

Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
100,15%	(27.370,83)
-	(1992,72)
1051,28%	(57.855,38)
10,00%	-
100,74%	(18.873,75)
Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
79,80%	2.341.779,09
23,09%	447.678,84
91,79%	370.793,92
87,20%	431.046,88
82,00%	3.591.756,53
81,32%	2.221.249,98
95,83%	5.826,83
85,5%	162.271,47
77,78%	5.981.100,21

5.3. Recurso do Convênio Federal nº 891551/2019- Presp - Memória de Cálculo "C"

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

15º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto								
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL		
1 Entrada de Recursos	01/07/2022 a 31/07/2022	01/08/2022 a 31/08/2022	01/09/2022 a 30/09/2022	01/10/2022 a 31/10/2022	01/11/2022 a 30/11/2022			
11 Receitas								
111 Repasses do Contrato de Gestão	274.345,95	-	-	-	-	904.541,79		
112 Receita Arrecadaada em Função do CG	-	-	-	-	-	-		
114 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-		
21 Rendimentos de Aplicações Fin.	4.994,17	4.556,17	-	-	-	29.153,98		
(E) Total de Entradas:	279.340,12	4.556,17	-	-	-	933.695,77		
2 Saída de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL		
21 Gastos com Pessoal								
2.11 Salários	51.282,75	51.282,75	51.282,75	-	-	461.394,75		
2.12 Benefícios	3.200,00	3.200,00	3.200,00	-	-	25.600,00		
2.13 Encargos	2.131,86	2.131,86	2.131,86	-	-	19.166,75		
2.14 Benefícios	5.374,05	5.374,05	5.374,05	-	-	13.834,45		
Subtotal (Pessoal):	91.148,66	91.148,66	91.148,66	-	-	816.925,95		
22 Gastos Gerais	300,00	300,00	300,00	-	-	1810,96,67		
23 Transferências para Reserva de Recursos	4.994,17	4.556,17	-	-	-	29.153,98		
(S) Total de Saídas:	96.442,83	96.004,83	91.448,66	-	-	1.027.186,60		
Realizado							Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL		
1 Entrada de Recursos	01/07/2022 a 31/07/2022	01/08/2022 a 31/08/2022	01/09/2022 a 30/09/2022	01/10/2022 a 31/10/2022	01/11/2022 a 30/11/2022			
11 Receitas								
111 Repasses do Contrato de Gestão	274.345,95	-	-	-	-	904.541,79	100,00%	-
112 Receita Arrecadaada em Função do CG	-	-	-	-	-	9,89	-	(9,89)
114 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-
21 Rendimentos de Aplicações Fin.	4.994,17	4.556,17	4.063,48	-	-	33.217,46	10,94%	(4.063,48)
(E) Total de Entradas:	279.340,12	4.556,17	4.063,48	-	-	937.769,95	100,44%	(4.073,28)
2 Saída de Recursos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
21 Gastos com Pessoal								
2.11 Salários	45.708,58	46.522,44	50.507,21	-	-	413.926,93	89,72%	47.437,82
2.12 Benefícios	-	-	-	-	-	-	0,00%	25.600,00
2.13 Encargos	10.405,56	20.057,53	20.233,46	-	-	176.781,83	92,26%	16.824,92
2.14 Benefícios	5.426,47	5.864,89	5.589,54	9.389,70	-	13.8402,97	100,04%	(46,52)
Subtotal (Pessoal):	61.540,61	72.444,86	76.330,20	9.389,70	-	729.111,73	89,25%	87.814,22
22 Gastos Gerais	5.320,00	4.194,10	84.370,90	-	-	133.840,00	73,91%	47.246,67
23 Transferências para Reserva de Recursos	4.994,17	4.556,17	-	-	-	29.153,98	100,00%	-
(S) Total de Saídas:	71.854,78	81.195,13	160.701,10	9.389,70	-	892.105,71	89,85%	135.060,89

5.4. Recurso via FUNEMP - Memória de Cálculo "D"

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo			
15º Relatório Gerencial Financeiro			
Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão			
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado
1	Área Meio - Atividades e Gastos	96.680,00	608,90
	Total	96.680,00	608,90
			0,63%

Transporte de Saldo Acumulado Anterior		30.704,15
Saldo Acumulado (R\$ Bil)		4.851,90
Saldo Estimado (R\$ Bil)		369.440,07
Saldo Estimado (R\$ Bil)		20.510,47

Composição Financeira do Saldo Acumulado (R\$)

Saldo Estimado (R\$ Bil)	30.704,15
Saldo Estimado (R\$ Bil)	4.851,90
Saldo Estimado (R\$ Bil)	369.440,07
Saldo Estimado (R\$ Bil)	20.510,47

CONFIRMAÇÃO (R\$ Bil) = 0,00

Transferência para Reserva de Recursos	20.510,47
Saldo Estimado (R\$ Bil)	369.440,07
Saldo Estimado (R\$ Bil)	20.510,47
Saldo Estimado (R\$ Bil)	369.440,07

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

15º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela Z - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em

Resumo da Competência

Previsto						
	Julho	Ago s to	Se te m b r o	Outub r o	Nov e m b r o	TOTAL
1 Entrada de Recursos	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022	
	a	a	a	a	a	
	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022	
11 Receitas						
111 Repasses do Contrato de Gestão	448.920,20	-	-	-	-	1.385.081,81
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-
114 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.316,45	6.803,57	8.316,31	-	-	28.448,08
(B) Total de Entradas:	454.236,65	6.803,57	8.316,31	-	-	1.394.609,89
2 Saída de Recursos	Julho	Ago s to	Se te m b r o	Outub r o	Nov e m b r o	TOTAL
2.1 Gastos com Pessoal						
2.1.1 Salários	81.997,50	81.997,50	81.997,50	-	-	424.048,96
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	32.834,94	32.834,94	32.834,94	-	-	171.870,38
2.1.4 Benefícios	27.627,63	27.627,63	27.627,63	-	-	140.671,43
Subtotal (Pessoal):	142.460,07	142.460,07	142.460,07	-	-	738.290,78
2.2 Gastos Gerais	6.980,00	6.980,00	7.580,00	-	-	72.640,00
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	408.791,00
2.4 Reserva de Recursos	5.316,45	6.803,57	8.316,31	-	-	28.448,08
(B) Total de Saídas:	154.768,52	156.243,64	158.368,38	-	-	1.246.089,84

Realizado							Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
	Julho	Ago s to	Se te m b r o	Outub r o	Nov e m b r o	TOTAL		
1 Entrada de Recursos	01/07/2022	01/08/2022	01/09/2022	01/10/2022	01/11/2022			
	a	a	a	a	a			
	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022			
11 Receitas								
111 Repasses do Contrato de Gestão	448.920,20	-	-	-	-	1.385.081,81	100,00%	-
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	0,01	-	-	0,01	-	(0,01)
114 Outras Receitas	-	-	473,30	-	-	473,30	-	(473,30)
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.316,45	6.803,57	8.316,31	-	-	28.448,08	100,00%	-
(B) Total de Entradas:	454.236,65	6.803,57	8.789,62	-	-	1.394.983,20	100,03%	(473,31)
2 Saída de Recursos	Julho	Ago s to	Se te m b r o	Outub r o	Nov e m b r o	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
2.1 Gastos com Pessoal								
2.1.1 Salários	23.737,53	23.768,42	24.949,98	-	-	88.648,48	20,88%	335.502,47
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	19.614,35	21.612,74	21.612,71	-	-	88.648,08	51,64%	83.022,32
2.1.4 Benefícios	6.590,66	6.542,13	6.721,18	3.880,00	-	28.121,99	18,58%	114.450,04
Subtotal (Pessoal):	49.942,54	51.923,29	53.283,87	3.880,00	-	208.316,93	27,81%	632.874,83
2.2 Gastos Gerais	-	-	3.084,83	-	-	23.782,88	32,79%	48.757,32
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	23.689,99	-	-	311.986,68	76,69%	94.805,42
2.4 Reserva de Recursos	5.316,45	6.803,57	-	-	-	21.131,77	71,76%	8.316,31
(B) Total de Saídas:	55.258,99	58.726,86	80.068,89	3.880,00	-	580.215,98	44,99%	884.863,88

6. CONCLUSÃO

Conforme demonstrado ao longo deste relatório de avaliação, o Contrato de Gestão nº 002/2019 obteve a seguinte pontuação e conceito:

PONTUAÇÃO FINAL: 9,75

CONCEITO: Muito Bom

Diante desse resultado, a Comissão de Avaliação nada tem a se opor à realização dos repasses financeiros da 4ª parcela dos recursos estaduais e federais, bem como a do Fundo Especial do Ministério Público - FUNEMP, conforme cronograma de desembolso do Contrato de Gestão nº 02/2019 vigente, destinados à OS Instituto Elo, observada a legislação pertinente ao Ordenador de Despesas, conforme previsto no Cronograma de Desembolso do Contrato de Gestão, tendo em vista o cumprimento das metas pactuadas no período avaliado. O valor efetivo do repasse financeiro deverá ser verificado e aprovado pela Supervisora do Contrato de Gestão nº002/2019.

A Comissão de Avaliação reitera que a OS é responsável pela adequada utilização de todos os recursos repassados, bem como pela comprovação de todos os gastos realizados, e que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública é responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão, devendo comunicar imediatamente a esta Comissão quaisquer irregularidades encontradas, conforme legislação.

Reunião realizada em formato virtual via Plataforma Google Meet, em 27 de outubro de 2022.

Gleysiane Freire Diniz

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Gleiber Gomes de Oliveira

Instituto Elo

Marcela Emediato Mendes de Oliveira

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

Especialista da área objeto do Contrato de Gestão

1Trata-se de uma ferramenta de desenho de políticas públicas, que permite evidenciar causas e efeitos acerca da situação em que o programa ou ação se propõe a intervir, bem como meios e objetivos estabelecidos para mudar essa situação problema. Ele explicita a lógica de atuação do programa.



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 28/10/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleiber Gomes de Oliveira, Usuário Externo**, em 28/10/2022, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Emediato Mendes de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 28/10/2022, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseane de Aguiar Lisboa Narciso, Usuário Externo**, em 28/10/2022, às 21:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55402742** e o código CRC **7A294FEC**.
